

Introdução

O (pré)conceito de Idade Média

Se numa conversa com homens medievais utilizássemos a expressão “Idade Média”, eles não teriam idéia do que estaríamos falando. Como todos os homens de todos os períodos históricos, eles viam-se na época contemporânea. De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média representa uma rotulação *a posteriori*, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos de Idade Média, foi o século XVI que elaborou tal conceito. Ou melhor, tal preconceito, pois o termo expressava um desprezo indisfarçado em relação aos séculos localizados entre a Antigüidade Clássica e o próprio século XVI. Este se via como o renascimento da civilização greco-latina, e portanto tudo que estivera entre aqueles picos de criatividade artístico-literária (de seu próprio ponto de vista, é claro) não passara de um hiato, de um intervalo. Logo, de um tempo intermediário, de uma idade média.

A Idade Média para os renascentistas e iluministas

Admirador dos clássicos, o italiano Francesco Petrarca (1304-1374) já se referira ao período anterior como de *tenebrae*: nascia o mito historiográfico da Idade das Trevas. Em 1469, o bispo Giovanni Andrea, bibliotecário papal, falava em *media tempestas*, literalmente “tempo médio”, mas também com o sentido figurado de “flagelo”, “ruína”. A idéia enraizou-se quando em meados do século XVI Giorgio Vasari, numa obra biográfica de grandes artistas do seu tempo, popularizou o termo “Renascimento”. Assim, por contraste, difundiram-se em relação ao período anterior as expressões *media aetas*, *media antiquitas* e *media tempora*.

De qualquer forma, o critério era inicialmente filológico. Opunha-se o século XVI, que buscava na sua produção literária utilizar o latim nos moldes clássicos, aos séculos anteriores, caracterizados por um

latim “bárbaro”. A arte medieval, por fugir aos padrões clássicos, também era vista como grosseira, daí o grande pintor Rafael Sanzio (1483-1520) chamá-la de “gótica”, termo então sinônimo de “bárbara”. Na mesma linha, François Rabelais (1483-1553) falava da Idade Média como a “espessa noite gótica”.

No século XVII, foi ainda com aquele sentido filológico que passou a prevalecer a expressão *medium aevum*, usada pelo francês Charles de Fresne Du Cange em 1678 (13). Mas o sucesso do termo veio com o manual escolar do alemão Christoph Keller (1638-1707, conhecido também pela latinização de seu nome, Cellarius), publicado em 1688 e intitulado *Historia Medii Aevi a temporibus Constantini Magni ad Constantinopolim a Turcis captam deducta*. Esse livro completava outros dois do autor, um dedicado aos tempos “antigos” e outro aos “modernos”.

Portanto, o sentido básico mantinha-se renascentista: a “Idade Média” teria sido uma interrupção no progresso humano, inaugurado pelos gregos e romanos e retomado pelos homens do século XVI. Ou seja, também para o século XVII os tempos “medievais” teriam sido de barbárie, ignorância e superstição. Os protestantes criticavam-nos como época de supremacia da Igreja Católica. Os homens ligados às poderosas monarquias absolutistas lamentavam aquele período de reis fracos, de fragmentação política. Os burgueses capitalistas desprezavam tais séculos de limitada atividade comercial. Os intelectuais racionalistas deploravam aquela cultura muito ligada a valores espirituais.

O século XVIII, antiaristocrático e anticlerical, acentuou o menosprezo à Idade Média, vista como momento áureo da nobreza e do clero. A filosofia da época, chamada de iluminista por se guiar pela luz da Razão, censurava sobretudo a forte religiosidade medieval, o pouco apego da Idade Média a um estrito racionalismo e o peso político de que a Igreja então desfrutara. Sintetizando tais críticas, Denis Diderot (1713-1784) afirmava que “sem religião seríamos um pouco mais felizes”, Para o marquês de Condorcet (1743-1794), a

humanidade sempre marchou em direção ao progresso, com exceção do período no qual predominou o cristianismo, isto é, a Idade Média. Para Voltaire (1694-1778), os papas eram símbolos do fanatismo e do atraso daquela fase histórica, por isso afirmava, irônico, que “é uma prova da divindade de seus caracteres terem subsistido a tantos crimes”. A posição daquele pensador sobre a Idade Média poderia ser sintetizada pelo tratamento que dispensava à Igreja: “a Infame”.

A Idade Média para os românticos

O Romantismo da primeira metade do século XIX inverteu, contudo, o preconceito em relação à Idade Média. O ponto de partida foi a questão da identidade nacional, que ganhara forte significado com a Revolução Francesa. As conquistas de Napoleão tinham alimentado o fenômeno, pois a pretensão do imperador francês de reunir a Europa sob uma única direção despertou em cada região dominada ou ameaçada uma valorização de suas especificidades, de sua personalidade nacional, de sua história, enfim. Ao mesmo tempo, tudo isso punha em xeque a validade do racionalismo, tão exaltado pela centúria anterior, e que levava a Europa àquele contexto de conturbações, revoluções e guerras. A nostalgia romântica pela Idade Média fazia com que ela fosse considerada o momento de origem das nacionalidades, satisfazendo assim os novos sentimentos do século XIX.

Vista como época de fé, autoridade e tradição, a Idade Média oferecia um remédio à insegurança e aos problemas decorrentes de um culto exagerado ao cientificismo. Vista como fase histórica das liberdades, das imunidades e dos privilégios, reforçava o liberalismo burguês vitorioso no século XIX. Dessa maneira, o equilíbrio e a harmonia na literatura e nas artes, que o Renascimento e o Classicismo do século XVII tinham buscado, cedia lugar à paixão, à exuberância e à vitalidade encontráveis na Idade Média. A verdade procurada através do raciocínio, que guiara o Iluminismo do século XVIII, cedia lugar à valorização dos sentidos, do instinto, dos sonhos, das recordações.

Abundam então obras de ambientação, inspiração ou temática medievais, como *Fausto* (1808 e 1832) de Goethe, *O corcunda de Notre Dame* (1831) de Victor Hugo, os vários romances históricos de Walter Scott (1771-1832), dentre eles *Ivanhoé* e *Contos dos cruzados*, diversas composições de Wagner, como *Tristão e Isolda* (1859) e *Parsifal* (1882).

Essa Idade Média dos escritores e músicos românticos era tão preconceituosa quanto a dos renascentistas e dos iluministas. Para estes dois, ela teria sido uma época negra, a ser relegada da memória histórica. Para aqueles, um período esplêndido, um dos grandes momentos da trajetória humana, algo a ser imitado, prolongado. Tal atração fez o Romantismo restaurar inúmeros monumentos medievais e construir palácios e igrejas neogóticas, mas inventando detalhes, modificando concepções, criando a sua Idade Média. A historiografia também não ficou imune a isso, como mostra o caso de Thomas Carlyle, que escrevendo em 1841 afirmava ter sido a civilização feudal “a coisa mais elevada” que a Europa tinha produzido. Mais útil para futuros estudos, apesar de suas imperfeições, foi a organização de grandes coleções documentais, como a *Monumenta* alemã (7), a *Patrologia* francesa (8), os *Rolls Series* ingleses (9), todas elas produto da paixão do século XIX pela época medieval.

De qualquer forma, a Idade Média permanecia incompreendida. Ela ainda oscilava entre o pessimismo renascentista/iluminista e a exaltação romântica. Aos preconceitos anteriores juntava-se o da idealização, já antecipado por Gotthold Lessing (1729-1781): “Noite da Idade Média, que seja! Mas era uma noite resplandecente de estrelas”. A melhor síntese daquela oscilação está no maior historiador da época, Jules Michelet (1798-1874). Na sua *Histoire de France*, ele reservou seis volumes à Idade Média (1833-1844), definindo-a como “aquilo que amamos, aquilo que nos amamentou quando pequenos, aquilo que foi nosso pai e nossa mãe, aquilo que nos cantava tão docemente no berço”. Mas nas reedições de 1845-1855 ele mostra uma Idade Média negativa, reduzida a longo preâmbulo ao século XVI, mudança que resultava das dificuldades do presente histórico da França e do próprio

Michelet.

A Idade Média para o século XX

Finalmente, passou-se a tentar ver a Idade Média como os olhos dela própria, não com os daqueles que viveram ou vivem noutro momento. Entendeu-se que a função do historiador é compreender, não a de julgar o passado. Logo, o único referencial possível para se ver a Idade Média é a própria Idade Média. Com base nessa postura, e elaborando, para concretizá-la, inúmeras novas metodologias e técnicas, a historiografia medievalística deu um enorme salto qualitativo. Sem risco de exagerar, pode-se dizer que o medievalismo se tornou uma espécie de carro-chefe da historiografia contemporânea, ao propor temas, experimentar métodos, rever conceitos, dialogar intimamente com outras ciências humanas.

Isso não apenas deu um grande prestígio à produção medievalística nos meios cultos como popularizou a Idade Média diante de um público mais vasto e mais consciente do que o do século XIX. O que não significa que a imagem negativa da Idade Média tenha desaparecido. Não é raro encontrarmos pessoas sem conhecimento histórico ainda qualificando de “medieval” algo que elas reprovam. Pior, mesmo certos eruditos não conseguem escapar ao enraizamento do sentido depreciativo atribuído desde o século XVI à Idade Média. Ao analisar as dificuldades do fim do século XX, o francês Alain Minc falou mesmo em uma “Nova Idade Média”. No entanto, de forma geral, os tradicionais juízos de valor sobre aquele período parecem recuar.

Isso não quer dizer, é claro, que os historiadores do século XX tenham resgatado a “verdadeira” Idade Média. Ao examinar qualquer período do passado, o estudioso necessariamente trabalha com restos, com fragmentos — as fontes primárias, no jargão dos historiadores — desse passado, que portanto jamais poderá ser integralmente reconstituído. Ademais, o olhar que o historiador lança sobre o passado não pode deixar de ser um olhar influenciado pelo seu

presente. Na célebre formulação de Lucien Febvre, feita em 1942 no seu *Le problème de l'incroyance au XVI siècle. La religion de Rabelais*, “a História é filha de seu tempo”, por isso cada época tem “sua Grécia, sua Idade Média e seu Renascimento”.

De fato, a historiografia é um produto cultural que, como qualquer outro, resulta de um complexo conjunto de condições materiais e psicológicas do ambiente individual e coletivo que a vê nascer. Daí a história política ter-se desenvolvido nas cidades-Estado gregas, a história de hagiografias* nos mosteiros medievais, a história dinástica e nacional nas cortes monárquicas modernas, a história econômica no ambiente da industrialização dos séculos XIX-XX, a história das mentalidades no contexto das inquietações e esperanças da segunda metade do século XX. Logo, apesar de neste momento fazermos uma história medieval baseada em maior disponibilidade de fontes e em técnicas mais rigorosas de interpretação dessas fontes, não podemos afirmar que a leitura da Idade Média realizada pelo século XX é a definitiva.

Feitas essas ressalvas metodológicas obrigatórias, o que devemos entender por Idade Média, pelo menos no atual momento historiográfico? Trata-se de um período da história europeia de cerca de um milênio, ainda que suas balizas cronológicas continuem sendo discutíveis. Seguindo uma perspectiva muito particularista (às vezes política, às vezes religiosa, às vezes econômica), já se falou, dentre outras datas, em 330 (reconhecimento da liberdade de culto aos cristãos), em 392 (oficialização do cristianismo), em 476 (deposição do último imperador romano) e em 698 (conquista muçulmana de Cartago) como o ponto de partida da Idade Média. Para seu término, já se pensou em 1453 (queda de Constantinopla e fim da Guerra dos Cem Anos), 1492 (descoberta da América) e 1517 (início da Reforma Protestante).

Sendo a História um processo, naturalmente se deve renunciar à busca de um fato específico que teria inaugurado ou encerrado um determinado período. Mesmo assim os problemas permanecem, pois

não há unanimidade sequer quanto ao século em que se deu a passagem da Antigüidade para a Idade Média. Tampouco há acordo no que diz respeito à transição dela para a Modernidade. Mais ainda, apesar da existência de estruturas básicas ao longo daquele milênio, não se pode pensar, é claro, num imobilismo. Passou-se então a subdividir a história medieval em fases que apresentaram certa unidade interna. Mas também aqui não chega a haver consenso entre os historiadores. A periodização que propomos a seguir não é a única aceitável, ainda que nos pareça mais adequada à maneira como montamos este livro, isto é, buscando a compreensão das estruturas (e não dos eventos) medievais.

Se não, vejamos. O período que se estendeu de princípios do século IV a meados do século VIII sem dúvida apresenta uma feição própria, não mais “antiga” e ainda não claramente “medieval”. Apesar disso, talvez seja melhor chamá-la de Primeira Idade Média do que usar o velho rótulo de Antigüidade Tardia, pois nela teve início a convivência e a lenta interpenetração dos três elementos históricos que comporiam todo o período medieval. Elementos que, por isso, chamamos de Fundamentos da Idade Média: herança romana clássica, herança germânica, cristianismo.

A participação do primeiro deles na formação da Idade Média deu-se sobretudo após a profunda crise do século III, quando o Império Romano tentou a sobrevivência por meio do estabelecimento de novas estruturas, que não impediram (e algumas até mesmo aceleraram) sua decadência, mas que permaneceriam vigentes por séculos (Apêndice 2). Foi o caso, por exemplo, do caráter sagrado da monarquia, da aceitação de germanos no exército imperial, da petrificação da hierarquia social, do crescente fiscalismo sobre o campo, do desenvolvimento de uma nova espiritualidade que possibilitou o sucesso cristão.

Nesse mundo em transformação, a penetração germânica intensificou as tendências estruturais anteriores, mas sem alterá-las. Foi o caso da pluralidade política substituindo a unidade romana, da

concepção de obrigações recíprocas entre chefe e guerreiros, do deslocamento para o norte do eixo de gravidade do Ocidente*, que perdia seu caráter mediterrânico. O cristianismo, por sua vez, foi o elemento que possibilitou a articulação entre romanos e germanos, o elemento que ao fazer a síntese daquelas duas sociedades forjou a unidade espiritual, essencial para a civilização medieval.

Isso foi possível pelo próprio caráter da Igreja nos seus primeiros tempos. De um lado, ela negava aspectos importantes da civilização romana, como a divindade do imperador, a hierarquia social, o militarismo. De outro, ela era um prolongamento da romanidade, com seu caráter universalista, com o cristianismo transformado em religião do Estado, com o latim que por intermédio da evangelização foi levado a regiões antes inatingidas.

Completada essa síntese, a Europa católica entrou em outra fase, a Alta Idade Média (meados do século VIII-fins do X). Foi então que se atingiu, ilusoriamente, uma nova unidade política com Carlos Magno, mas sem interromper as fortes e profundas tendências centrífugas que levariam posteriormente à fragmentação feudal. Contudo, para se alcançar essa efêmera unidade, a dinastia Carolíngia precisou ser legitimada pela Igreja, que pelo seu poder sagrado considerava-se a única e verdadeira herdeira do Império Romano. Em contrapartida, os soberanos Carolíngios entregaram um vasto bloco territorial italiano à Igreja, que desta forma se corporificou e ganhou condições de se tornar uma potência política atuante. Ademais, dando força de lei ao antigo costume do pagamento do dízimo à Igreja, os Carolíngios vincularam-na definitivamente à economia agrária da época.

Graças a esse temporário encontro de interesses entre a Igreja e o Império, ocorreu uma certa recuperação econômica e o início de uma retomada demográfica. Iniciou-se então a expansão territorial cristã sobre regiões pagãs — que se estenderia pelos séculos seguintes — reformulando o mapa civilizacional da Europa*. Por fim, como resultado disso tudo, deu-se a transformação do latim nos idiomas

neolatinos, surgindo em fins do século X os primeiros textos literários em língua vulgar. Mas a fase terminaria em crise, devido às contradições do Estado Carolíngio e a uma nova onda de invasões (*vikings*, muçulmanas, magiares).

A Idade Média Central (séculos XI-XIII) que então começou foi, *grosso modo*, a época do feudalismo, cuja montagem representou uma resposta à crise geral do século X. De fato, utilizando material histórico que vinha desde o século IV, aquela sociedade nasceu por volta do ano 1000, tendo conhecido seu período clássico entre os séculos XI e XIII. Assim reorganizada, a sociedade cristã ocidental conheceu uma forte expansão populacional e uma conseqüente expansão territorial, da qual as Cruzadas são a face mais conhecida. Graças à maior procura de mercadorias e à maior disponibilidade de mão-de-obra, a economia ocidental foi revigorada e diversificada. A produção cultural acompanhou essa tendência nas artes, na literatura, no ensino, na filosofia, nas ciências. Aquela foi, portanto, em todos os sentidos, a fase mais rica da Idade Média, daí ter merecido em todos os capítulos deste livro uma maior atenção.

Mas aquelas transformações atingiram a própria essência do feudalismo — sociedade fortemente estratificada, fechada, agrária, fragmentada politicamente, dominada culturalmente pela Igreja. De dentro dela, e em concorrência com ela, desenvolveu-se um segmento urbano, mercantil, que buscava outros valores, que expressava e ao mesmo tempo acelerava as mudanças decorrentes das próprias estruturas feudais. Aquela sociedade passava da etapa feudo-clerical* para a feudo-burguesa*, na qual o segundo elemento ia lenta mas firmemente sobrepujando o primeiro: emergiam as cidades, as universidades, a literatura vernácula, a filosofia racionalista, a ciência empírica, as monarquias nacionais. Os conservadores, como Dante Alighieri, lamentavam tais transformações. Inegavelmente caminhava-se para novos tempos.

A Baixa Idade Média (século XIV-meados do século XVI) com suas crises e seus rearranjos, representou exatamente o parto

daqueles novos tempos, a Modernidade. A crise do século XIV, orgânica, global, foi uma decorrência da vitalidade e da contínua expansão (demográfica, econômica, territorial) dos séculos XI-XIII, o que levava o sistema aos limites possíveis de seu funcionamento. Logo, a recuperação a partir de meados do século XV deu-se em novos moldes, estabeleceu novas estruturas, porém ainda assentadas sobre elementos medievais: o Renascimento (baseado no Renascimento do século XII), os Descobrimentos (continuadores das viagens dos normandos e dos italianos), o Protestantismo (sucessor vitorioso das heresias*), o Absolutismo (consumação da centralização monárquica).

Em suma, o ritmo histórico da Idade Média foi se acelerando, e com ele nossos conhecimentos sobre o período. Sua infância e adolescência cobriram boa parte de sua vida (séculos IV-X), no entanto as fontes que temos sobre elas são comparativamente poucas. Sua maturidade (séculos XI-XIII) e senilidade (século XIV-XVI) deixaram, pelo contrário, uma abundante documentação. É essa divisão cronológica que nos guiará ao longo do exame de cada uma das estruturas básicas da Idade Média. Se nos capítulos a seguir dedicamos atenção desigual a cada uma daquelas fases, é porque, *grosso modo*, acompanhamos inversamente o ritmo histórico diretamente a disponibilidade de fontes e trabalhos sobre elas.

A Idade Média para os medievais

Mas, enfim, que conceito tinham da “Idade Média” os próprios medievos? Questão difícil de ser respondida, apesar dos progressos metodológicos das últimas décadas. A resposta, mesmo provisória e incompleta, precisaria ser matizada no tempo e no espaço, e ainda considerar pelo menos duas grandes vertentes, a do clero, elaborada a partir de interpretações teológicas, e a dos leigos, presa a concepções antigas, pré-cristãs. Simplificadamente, essa bipolarização quanto à História partia de duas visões distintas quanto ao tempo.

A postura pagã, fortemente enraizada na psicologia coletiva*, aceitava a existência de um tempo cíclico, daquilo que se chamou de

“mito* do eterno retorno”. Ou seja, as primeiras sociedades só registravam o tempo biologicamente, sem transformá-lo em História, portanto sem consciência de sua irreversibilidade. Isso porque, para elas, viver no real era viver segundo modelos extra-humanos, arquetípicos. Assim, tanto o tempo sagrado (dos rituais) quanto o profano (do cotidiano) só existiam por reproduzir atos ocorridos na origem dos tempos. Daí a importância da festa de Ano-Novo, que era uma retomada do tempo no seu começo, isto é, uma repetição da cosmogonia, com ritos de expulsão de demônios e de doenças.

Tal concepção sofreu sua primeira rejeição com o judaísmo, que vê em Iavé não uma divindade criadora de gestos arquetípicos, mas uma personalidade que intervém na História. O cristianismo retornou e desenvolveu essa idéia, enfatizando o caráter linear da História, com seu ponto de partida (Gênese), de inflexão (Natividade) e de chegada (Juízo Final). Portanto, linear mas não ao infinito, pois há um tempo escatológico* — que só Deus conhece — limitando o desenrolar da História, isto é, da passagem humana pela Terra.

Contudo, se o cristianismo reinterpretou a História, não pôde deixar de sentir seu peso, inclusive da mentalidade* cíclica, daí a liturgia cristã basear-se na repetição periódica e real de eventos essenciais como Natividade, Paixão e Ressurreição de Jesus: ao participar da reprodução do evento divino, o fiel volta ao tempo em que ele ocorreu. Ou seja, a cristianização das camadas populares não aboliu a teoria cíclica, pelo contrário, influenciou o cristianismo erudito e reforçou certas categorias do pensamento mítico.

Em virtude disso, pelo menos até o século XII os medievos não sentiam necessidade de maior precisão no cômputo do tempo, o que expressava e acentuava a falta de um conceito claro sobre sua própria época. De maneira geral, prevalecia o sentimento de viverem em “tempos modernos”, devido à consciência que tinham do passado, dos “tempos antigos”, pré-cristãos. Estava também presente a idéia de que se caminhava para o Fim dos Tempos, não muito distante. Espera difusa, que raramente se concentrou em momentos precisos. Sabemos

hoje que os pretendidos “terrores do ano 1000” foram uma criação historiográfica, pois não houve nenhum sentimento especial e generalizado de que o mundo fosse acabar naquele momento.

Mas é inegável que a psicologia coletiva* medieval esteve constantemente (ainda que com flutuações de intensidade) preocupada com a proximidade do Apocalipse. Catástrofes naturais ou políticas eram freqüentemente interpretadas como indícios da chegada do Anticristo. Havia uma difundida visão pessimista do presente, porém carregada de esperança no iminente triunfo do Reino de Deus. Nesse sentido, a visão de mundo medieval trazia implícita em si a concepção de um *tempus medium*, precedendo a Nova Era. Tempo não monolítico, dividido em várias fases.

A quantidade e a caracterização delas não eram, contudo, consensuais. A periodização mais comum, ao menos entre o clero, concebia seis fases históricas, de acordo com os dias da Criação. Como no sétimo dia Deus descansou, na sétima fase os homens descansarão no seio de Deus. Assim pensavam muitos, de Santo Agostinho (354-430) e Isidoro de Sevilha (560-636) até Fernão Lopes (1380-1460). Também teve sucesso uma concepção trinitária da História, surgida no século IX com João Escoto Erígena (ca. 830-ca. 880) e que teve seu maior representante no monge cisterciense Joaquim de Fiore (1132-1202). Para este, a Era do Pai ter-se-ia caracterizado pelo temor servil à lei divina, a Era do Filho pela sabedoria, fê e obediência humilde, a do Espírito Santo (que começaria em 1260) pela plenitude do conhecimento, do amor universal e da liberdade espiritual. Qualquer que fosse a divisão temporal adotada, reconhecia-se que o suceder das fases acabaria com a Parusia*, quando a História enquanto tal deixaria de existir.

Bibliografia básica: 2, 4, 17, 67, 98.

Bibliografia complementar: M. CARRUTHERS, *The book of memory. A study of memory in medieval culture*, Cambridge. CUP, 1990; B. GUENÉE, *Histoire et culture historique dans l'Occident Médiéval*, Paris, Aubier, 1980; E. MITRE. *Historiografia y mentalidades históricas en la Europa medieval*, Madri, Universidad Complutense, 1982.

Capítulo 9

O significado da Idade Média

Após os exageros denegridores dos séculos XVI-XVII e os exaltadores do século XIX, hoje temos uma visão mais equilibrada sobre a Idade Média. E verdade que a divulgação que ela conheceu em fins do século XX fora dos meios acadêmicos — inúmeras publicações científicas e ficcionais, filmes, discos, exposições, turismo etc. — nem sempre implicou uma melhor compreensão daquele período. Mas reflete um dado essencial: a percepção que se tem da Idade Média como matriz da civilização ocidental cristã. Diante da crise atual dessa civilização, cresce a necessidade de se voltar às origens, de refazer o caminho, de identificar os problemas. Enfim, de conhecer a Idade Média para conhecer melhor os séculos XX-XXI.

Ora, para tanto é preciso acompanhar a presença medieval ao longo dos tempos. E, portanto, recolocar a velha questão: continuidade ou ruptura? Sobre a passagem da Antigüidade para a Idade Média, boa parte da historiografia prefere enfatizar os pontos comuns, os prolongamentos. Mas entre Idade Média e Idade Moderna por muito tempo não se hesitou em aceitar quase unanimemente a segunda resposta. Isso esteve ligado, como vimos na Introdução, ao próprio conceito de Idade Média. Só mais recentemente se passou a negar a pretensa oposição Medievalidade-Modernidade. No entanto, isso ainda é feito de forma tímida, mais em relação ao Renascimento do que aos outros movimentos históricos ditos “modernos”. Hesita-se ainda em admitir que as estruturas modernas são, no fundamental, medievais.

A longa Idade Média

Assim, é importante reequacionar a questão no seu todo, ainda que aqui só possamos indicar alguns pontos. De início, notemos que na verdade as especificidades “modernas” são apenas quantitativamente diferentes das “medievais”. Contudo, como no período 1450-1550 as

mudanças sucederam com uma rapidez espantosa para seus contemporâneos, essa impressão acabaria por marcar a historiografia por muitos séculos. Foi o caso de um observador da época, falando que “a arte da guerra é agora tal que é preciso aprendê-la de novo de dois em dois anos”. Ou, ainda, de outro testemunho do século XV, incitando os homens de então a “exaltar a Deus por permitir-lhes ter nascido nessa nova era, tão cheia de esperança e promessa”. Não se percebia que, apesar de o ritmo histórico ter-se acelerado, a essência era a mesma.

Se não, vejamos. Os quatro movimentos que se convencionou considerar inauguradores da Modernidade — Renascimento, Protestantismo, Descobrimentos, Centralização — são em grande parte medievais. O primeiro deles, o Renascimento dos séculos XV-XVI, recorreu a modelos culturais clássicos, que a Idade Média também conhecera e amara. Aliás, foi em grande parte por meio dela que os renascentistas tomaram contato com a Antigüidade. As características básicas do movimento (individualismo, racionalismo, empirismo, neoplatonismo, humanismo) estavam presentes na cultura ocidental pelo menos desde princípios do século XII. Ou seja, como já se disse muito bem, “embora o Renascimento só invoque a Antigüidade, é, realmente, o filho ingrato da Idade Média” (28: 163).

O Protestantismo, do seu lado, foi em última análise apenas uma heresia* que deu certo. Isto é, foi o resultado de um processo bem anterior, que na Idade Média tinha gerado diversas heresias, várias práticas religiosas laicas, algumas críticas a um certo formalismo católico. Nesse clima, a crise religiosa do século XIV comprovou ser inviável para a Igreja satisfazer aquela espiritualidade* mais ardente, mais angustiada, mais interiorizada. Foi exatamente nesse espaço que se colocaria o Protestantismo. E sem possibilidade de ser sufocado pela ortodoxia católica (ao contrário do que ocorrera com as heresias medievais), por ele atender às necessidades profundas decorrentes das transformações socioculturais verificadas desde os últimos tempos da Idade Média.

Os Descobrimentos, por sua vez, também se assentavam em bases medievais nas técnicas náuticas (construção naval, bússola, astrolábio,

mapas), na motivação (trigo, ouro, evangelização) e nas metas (Índias, Império de Preste João). Também existiam antecedentes medievais nas viagens normandas ao Oriente e à América (esta comprovadamente atingida pelos noruegueses por volta, do ano 1000), italianas à China (Marco Polo, por exemplo) e ibéricas à África. Colombo, para nos limitarmos ao navegador-descobridor mais famoso, era em todos os sentidos um homem muito mais “medieval” que “moderno”: objetivava mais a difusão do cristianismo do que o ouro; desejava este apenas para realizar uma Cruzada a Jerusalém; atraía-o ao Oriente acima de tudo a crença de que lá se localizava o Paraíso Terrestre.

A Centralização Política, por fim, era a conclusão lógica de um objetivo perseguido por inúmeros monarcas medievais. O Estado moderno, unificado, caracterizava-se pelo fato de o soberano ter jurisdição sobre todo o país, poder de tributação sobre todos os seus habitantes, monopólio da força (exercito, marinha, polícia). Esta tinha sido a tripla meta de reis como Henrique II da Inglaterra (1154-1189) ou Luís IX da França (1226-1270). O sentimento nacionalista, que fornecia o substrato psicológico necessário à concretização do poder monárquico centralizado, também era, como já vimos, de origem medieval. Na contraprova, temos os casos da Alemanha e da Itália, que só nasceriam como Estados nacionais centralizados no século XIX devido ao fracasso de suas tentativas no período medieval.

De maneira bastante ampla, perigosamente generalizadora, talvez possamos dizer que aquilo que não se fez na Idade Média não se poderia fazer na Idade Moderna. Aquela gerava, esta desenvolvia. Tanto que, superado o momento da transição e já dentro da Idade Moderna clássica (séculos XVII-XVIII) — o chamado Antigo Regime —, é ainda essencialmente a Idade Média que encontramos. Os três elementos que constituem o Antigo Regime (monarquia absolutista, sociedade estamental, capitalismo comercial) tinham fundas raízes nos séculos anteriores. Mais uma vez, a essência é medieval, a roupagem moderna.

O rei vinha, desde a Idade Média, tendo seu caráter de soberano superando o de suserano, o aspecto propriamente monárquico (“poder

único”) sobrepujando o feudal, contratual, os vassalos tornando-se súditos. A crise geral do século XIV reforçara essa tendência ao desestabilizar a sociedade, ao transferir para o Estado a responsabilidade pelo restabelecimento da ordem. O rei ganhava poderes totais, “absolutos”. De outro lado, a sociedade estamental moderna prolongava a medieval, diferenciando-se dela apenas pelo maior peso relativo do Terceiro Estado. Por fim, o assim chamado capitalismo comercial representava apenas uma intensificação das atividades mercantis medievais, ampliadas no espaço (América, África), na diversidade de bens (produtos tropicais, escravos negros) e na parcela da população envolvida (crescimento da burguesia). Nos demais setores econômicos, o quadro permaneceu ainda mais medieval: tanto a agricultura (técnicas, métodos, produtividade) quanto o artesanato (produtores independentes, corporações de ofício) não conheceram alterações expressivas em relação aos séculos anteriores.

Mesmo a articulação entre aqueles três elementos, que caracteriza o todo histórico conhecido por Antigo Regime, não era nova. Cada vez mais, a partir do século XIII, tínhamos a realeza intervindo na economia: o mercantilismo, ainda que incompleto, é produto do século XIV (52: 308). Assim, compensava-se em parte o bloqueio que a sociedade estamental (aristocrática, suntuária, pouco produtiva) representava ao pleno desenvolvimento das atividades econômicas. Para poder desempenhar esse papel, a monarquia aproximava-se da burguesia, mas taxando-a e redistribuindo parte dessas riquezas à nobreza decadente: como fiel da balança, a realeza mantinha o equilíbrio entre os estamentos. Em suma, a mecânica do Antigo Regime já se encontrava esboçada em fins da Idade Média. Como pensa Jacques Le Goff, não seria absurdo estender os séculos “medievais” até as transformações, estas sim novas, “modernas”, provocadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial (LE GOFF: 7-13).

A herança medieval no século XX

Se olharmos para o esqueleto e não apenas para a nova face e as novas roupagens do Ocidente* no século XX, outra vez encontraremos

muito da Idade Média. Ainda que popularmente pouco entendida e percebida, ela está presente no cotidiano dos povos ocidentais, mesmo daqueles que como nós, na América, não tiveram um “período medieval”. É verdade que há tendência a se creditar muitas dessas características a outros momentos históricos (Grécia clássica, Modernidade), mas isso se deve ao enraizamento do preconceito em relação à Idade Média. Ainda agora, na passagem do século XX ao XXI, vivemos no Ocidente muito ligados à herança medieval.

O patrimônio lingüístico ocidental é quase todo medieval, já que, com exceção do basco, idioma cujas origens continuam desconhecidas para os especialistas, as demais línguas formaram-se na Idade Média. Uma terça parte da população mundial atual, isto é, 2 bilhões de pessoas, pensa e se exprime com instrumentos lingüísticos forjados na Idade Média. De fato, ao lado do latim legado pela Antigüidade — e durante a Idade Média empregado nos ofícios religiosos, nas atividades intelectuais e na administração, mas língua morta no sentido de não ser mais língua materna de ninguém —, no século VIII nasceram os idiomas chamados de vulgares, falados cotidianamente por todos, mesmo pelos clérigos. Correndo o risco de simplificar em demasia um processo longo e complexo, podemos dizer que aqueles idiomas se formaram da interpenetração — em proporção diferente a cada caso — do celta, do latim e do germânico.

Nesse processo plurissecular, o substrato celta tendeu, ao longo dos séculos III a.C. e II d.C, a ser substituído pelo latim, língua dos conquistadores romanos, e sobretudo língua mais apropriada a manifestações mais sofisticadas do pensamento. No entanto, traços celtas participaram na formação do latim popular falado na época romana nos territórios das atuais Espanha, França e Inglaterra. Em regiões não ocupadas por Roma, o celta permanece dominante: Irlanda (irlandês), Escócia (gaélico) e Gales (galês). A chegada dos bárbaros germânicos não destituiu o latim da sua posição, mas acelerou e redirecionou sua transformação naquilo que seriam os idiomas neolatinos, francês, provençal, italiano, castelhano, catalão, galego, português. A intensidade dessa influência dependeu do enraizamento anterior do latim em cada local.

De forma geral, pode-se dizer que quanto mais ao norte dos territórios romanos maior seria o peso relativo exercido pelos dialetos germânicos. Nas regiões de onde os germanos eram originários, as línguas seguiram sua evolução natural, pouco sentindo a ação do latim, como se vê no alemão, flamengo, sueco, dinamarquês, norueguês. Ainda assim, mesmo antes de as tribos bárbaras germânicas terem penetrado em território romano adotaram termos latinos que designavam coisas desconhecidas ou pouco importantes em sua sociedade. Por exemplo, *Kaufmann*, “mercador” no moderno alemão, deriva de *Kanfo* no alemão medieval, vindo do latim *caupo*, “taverneiro”. Um pouco mais ao sul, a tribo dos francos, por exemplo, deu 520 palavras à futura língua francesa, especialmente no campo da administração, da guerra e da vida agrária. Mais ainda ao sul, os lombardos deram 280 palavras ao italiano então em formação.

Bem mais ao sul, pegando o exemplo que mais diretamente nos concerne, os visigodos deram à língua portuguesa 90 léxicos, dentre eles “agasalhar”, “aleive”, “bando”, “banir”, “bradar”, “escanção”, “escaramuça”, “esgrimir”, “espeto”, “espia”, “espora”, “franco”, “galope”, “gastar”, “luva”, “orgulho”, “roca”, “roubar”, “ufano” etc. Outra tribo germânica, dos suevos, forneceu muito poucos vocábulos, caso de “britar” (quebrar, aparentado ao inglês *to break*). Mas, além do substrato latino e das contribuições celta (por exemplo “bizarro”, “cama”, “esquerdo”, “modorra”) e germânica, deve-se lembrar da importante participação vocabular árabe na constituição do português, com cerca de 4.000 palavras, como “alcaide”, “aldeia”, “algarismo”, “almoxarife”, “alqueire”, “armazém”, “arroba”, “azeite”, “azul”, “cetim”, “chafariz”, “cifra”, “fardo”, “fatia”, “garrafa”, “marfim”, “mesquinho”, “recife”, “sofá”, “xarope” e outras.

O caso do inglês é interessante por sua posição intermediária. O latim pouco penetrara nas ilhas britânicas, pois Irlanda e Escócia jamais foram integradas ao império, e a Inglaterra foi conquistada tardiamente (meados do século I a.C), ocupada apenas 100 anos depois e jamais de forma total. Nesse contexto, é fácil entender que a chegada dos anglo-saxões tenha significado um aporte lingüístico germânico importante e que provocou grande recuo do latim e mesmo do celta. A invasão dos *vikings*

dinamarqueses reforçou essa situação, fornecendo cerca de 900 palavras, como *to die* (morrer), *knife* (faca), *law* (lei), *to take* (pegar). Assim, nos séculos VIII-IX o inglês era uma língua puramente germânica, que lembrava em diversos aspectos o alemão.

Uma reintrodução indireta do latim ocorreria no século XI, quando a Inglaterra foi conquistada por um senhor feudal francês, Guilherme da Normandia, cujos homens falavam um dialeto neolatino, aparentado ao francês que estava em pleno processo de formação. Aliás, até 1413 o francês foi o idioma oficial da corte inglesa. Apesar desse trilingüismo (latim na Igreja, francês na corte, anglo-saxão nos campos e ruas), a estrutura da língua inglesa continuou germânica, mas o vocabulário recebeu muitas contribuições de fundo latino. Surgiram dualidades vocabulares curiosas, expressão da situação político-social. O boi vivo, única forma conhecida pelos camponeses, continuou a ser designado em anglo-saxão — *ox*—, enquanto o boi como carne, consumida pelos conquistadores, recebeu uma palavra de origem francesa — *beef*, vindo de *boeuf*, “boi”, por sua vez derivada do latim *bos*. O mesmo se deu com *sheep* (carneiro vivo) e *mutton* (carne de carneiro, vindo do francês *mouton*, formado por sua vez do gaulês, isto é, celta local, *multo*). Os dominadores forneceram compreensivelmente muitos termos militares, caso de *castle* (de *château*, do latim *castellum*) e *tower* (de *tour*, do latim *turris*).

Em vários casos, há no vocabulário inglês moderno duas palavras, uma de origem latina e outra de origem germânica, ambas com a mesma significação, ainda que com o tempo a primeira viesse a ganhar um tom mais erudito, mais literário, e a segunda mais popular, mais cotidiano. E o caso, a título de exemplo, de *liberty* (de *liberté*, e esta de *libertas*) *freedom*. Esse processo fez com que a língua inglesa tenha cerca da metade de seu vocabulário proveniente do latim, o que um conhecedor mais desavisado não percebe, já que o inglês atual, falado, popular, privilegia, pelas razões históricas de sua formação, as raízes germânicas. Entretanto, quanto mais formal, mais erudito e mais tradicional for o inglês lido ou falado, mais ele recorrerá ao seu amplo léxico de procedência latina. Por isso a língua inglesa acabou por ter um vocabulário bem maior que o dos idiomas

neolatinos.

O patrimônio político do Ocidente atual também é em boa parte medieval. Diferentemente do que quase sempre se pensa, a democracia ocidental é muito mais medieval que grega. Esta era produto de pequenas cidades-Estado, de reduzida população no exercício da cidadania, o que permitia uma participação direta no processo político decisório. Os Estados nacionais contemporâneos, de área e população cidadã muito maiores, baseiam-se no esquema contratual e representativo nascido nas monarquias feudais. Sabemos que o rei feudal tinha duplo caráter, de soberano e de suserano. O primeiro, de origens antiqüíssimas, atribuía-lhe poderes sagrados, imensos. O segundo, de origem germânica, implicava uma relação bilateral, com o rei estando subordinado ao direito consuetudinário do seu povo e com os vassalos tendo o “direito de resistência” no caso de ele desrespeitar aquela relação.

Um dos aspectos mais importantes das limitações contratuais dos poderes do rei feudal dizia respeito à cobrança de impostos. Nenhuma taxa, além das estabelecidas pela tradição, poderia ser cobrada sem concordância dos vassalos. Quando o contexto de fins do século XIII e de todo o século XIV gerou forte necessidade de recursos, o rei viu-se obrigado a criar assembléias representativas para nelas tentar obter consentimento para cobrar novos tributos. E assim reforçou-se o contratualismo político. Se de forma geral os séculos XV-XVII com suas constantes guerras nacionais reforçaram o poder real, resgatando seu caráter soberano, passadas aquelas circunstâncias o contratualismo político ressurgiu com toda a força. A resistência ao poder monárquico absolutista centralizou-se nas assembléias representativas: assim foi na Revolução Inglesa de 1688 e na Revolução Francesa de 1789.

Desde então, o poder do monarca (e, por extensão, de seus substitutos nos regimes republicanos) viu-se limitado, prevalecendo a idéia de que ele governa em nome do povo. Portanto, como é fácil identificar, trata-se da concepção dos bárbaros germânicos. Influenciados por ela, os juristas medievais, ao recuperar e interpretar o Direito Romano a partir do século XII, destacaram dele o princípio (da época republicana de Roma)

segundo o qual “o povo é a fonte da autoridade pública”. Em razão desse quadro, João de Salisbury (1115-1180), depois de exaltar a figura do rei, lembrava que “matar um tirano é não só lícito como também um direito e um dever”. Por tudo isso, países de fortes raízes germânicas puderam manter-se monárquicos, e altamente democráticos, até hoje. Dos 15 países que formam atualmente a União Européia, quase a metade, mais precisamente sete, ainda são monarquias (Inglaterra, Holanda, Bélgica, Suécia, Dinamarca, Noruega, Espanha). Dos demais, sete deixaram de ser monarquias apenas no século XX.

Como contraprova do caráter monárquico e democrático dos países germânicos, temos os países de acentuada formação latina e menos intensa feudalização, cuja interpretação medieval do Direito Romano baseava-se no princípio (da época imperial de Roma) de “o desejo do príncipe tem força de lei”. Entende-se, assim, o terreno por longo tempo favorável ao autoritarismo, e que no século XX desembocou no fascismo, no salazarismo e no franquismo. Um caso oriental esclarece mais a questão: o Japão dos séculos XIV-XV apresentava diversas semelhanças com o Ocidente feudal, mas ali a monarquia não entrou no jogo das relações feudo-vassálicas. Ou seja, não se submeteu a uma política contratualista, bilateral. Assim, “o isolamento do imperador exclui a possibilidade do gênero de legado constitucionalista que o feudalismo europeu transmitiu ao Ocidente” (76: 149). E só após a derrota na Segunda Guerra Mundial o imperador japonês foi obrigado a negar seu caráter divino.

É interessante observar como a União Européia, atualmente em processo de constituição, baseia-se, conscientemente ou não, no modelo da Cristandade* medieval. Isto é, no reconhecimento de uma identidade européia profunda, apesar das especificidades locais. Tanto no século X quanto no século XX, busca-se uma harmonia entre o nacionalismo e o europeísmo. Percebe-se que a unidade supranacional permitida por uma história e por valores culturais comuns pode fortalecer a Europa diante de outras sociedades, sejam elas Bizâncio e o Islã na Idade Média, os Estados Unidos e o Japão atualmente. Significativamente, a Comunidade Européia vê nas peregrinações* medievais a Santiago de Compostela um

primeiro ensaio daquilo que ela própria hoje deseja: todos os europeus, de diferentes idiomas e categorias sociais, dirigindo-se a um mesmo objetivo.

O patrimônio de valores sociais também tem muito de medieval, como podemos ver por dois exemplos, propositadamente extremados. O primeiro, elemento central no Ocidente de hoje, é o individualismo, a valorização da pessoa em si, independentemente de sua colocação nas hierarquias social, política, econômica e cultural. Indivíduo que, apesar de obviamente fazer parte de diversas coletividades (família, empresa, clube, Estado etc), não se reduz a esses papéis, mesmo neles mantém sua personalidade, conserva os direitos pessoais reconhecidos pela sociedade. O segundo exemplo, de uma prática cotidiana, é o cumprimento feito com a mão direita (mesmo para os canhotos) estendida, apertando outra mão direita, gesto tão mecânico, tão automático, que poucos percebem estar repetindo o gesto de paz social da época feudal, quando ele demonstrava ao interlocutor a ausência de armas e assim a boa vontade no estabelecimento de uma relação sociável.

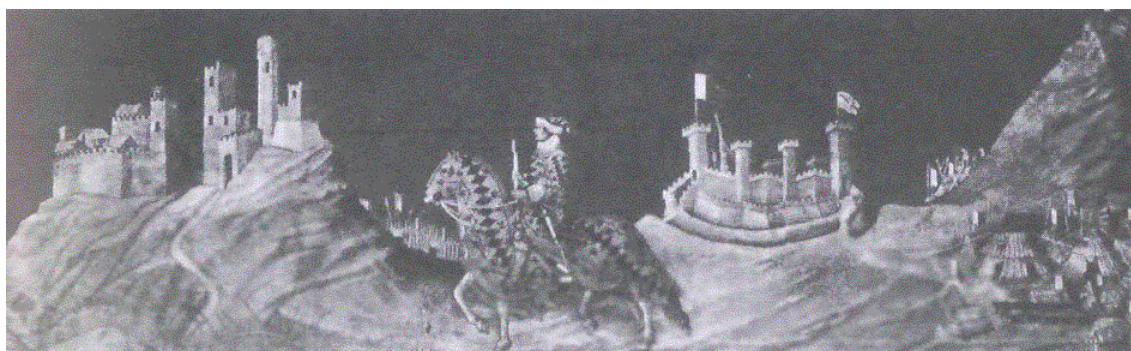


Fig. 18. *O individualismo* (Guidoriccio de Fogliano, afresco pintado por Simone Martini em 1328 no Palazzo Pubblico de Siena). A figura desse chefe militar sienês, cavalgando sozinho, em primeiro plano, com cidades ao fundo, talvez seja a primeira representação artística do individualismo, indício da valorização daquele sentimento social.



Mapa 8. A Europa atual, monárquica e republicana

O patrimônio das práticas econômicas deriva muito dos fatores anteriores. O crescente domínio sobre a natureza e a colocação dela a serviço do homem gerou uma postura de busca de riqueza que a partir do século XI foi caracterizando cada vez mais a civilização ocidental. Tal visão materialista, ao desvirtuar os princípios da sociedade cristã, deu origem a reações tão diversas quanto a exaltação da pobreza (São Francisco) e da igualdade (Marx). De qualquer forma, para uma ou outra dessas opções de vida, o pressuposto é a existência de um livre-arbítrio. E este, aliás, que viabiliza a democracia, vista como o único regime no qual se pode dar o exercício social da razão. É significativo que a negação da democracia implique a negação da razão e a exaltação dos sentimentos e da violência, para grandeza da pátria, do chefe ou de um grupo social. Para os fascistas italianos, a solução dos problemas nacionais estava na aplicação do lema “crer, obedecer, combater”. Para Hitler, “não é a inteligência que tirou a Alemanha da situação angustiosa em que se encontrava, mas nossa fé”. Para Stalin, “a ditadura do proletariado é um poder revolucionário que se apóia na violência contra a burguesia”.

Foi a mentalidade materialista, justificada religiosamente, que desde fins da Idade Média levou o Ocidente à conquista do mundo. Tanto as Cruzadas contra os muçulmanos quanto a conquista da América aos indígenas tiveram caráter de guerra santa e de obtenção de riquezas. No século XIX, a colonização da África e da Ásia era considerada “o fardo do homem branco”, ou seja, o dever dos ocidentais de levar a civilização para povos inferiores. Era o homem ocidental cumprindo seu destino histórico. Para tanto ele sempre contou com a força das máquinas, desde a Idade Média Central utilizadas mais do que em qualquer outra civilização: este “é um dos fatores determinantes da preponderância do hemisfério ocidental sobre o resto do mundo” (57: 9).

O patrimônio intelectual de origem medieval é impressionante. Dele fazem parte as universidades, que até hoje preservam de suas origens no século XII a pedagogia (aulas expositivas e debate de textos), a concessão de título (tese submetida a uma banca examinadora), a concessão do direito de exercício profissional (*licentia docendi*), a estrutura administrativa (reitor,

divisão em faculdades), o auxílio aos membros necessitados (concessão de bolsas aos estudantes carentes). Também fazem parte desse patrimônio inúmeras técnicas intelectuais. É o caso da minúscula carolina (século VIII), base da caligrafia moderna e dos caracteres de imprensa. Dos algarismos arábicos (século X), condição para a matemática moderna e, assim, para as demais “ciências exatas”. Do livro, bem mais manejável que os rolos de pergaminho da Antigüidade, e provido de melhores meios de utilização, como os índices (século XII), possibilitadores dos dicionários e enciclopédias. Da contabilidade de partida dobrada, isto é, de débito e crédito, criada em Gênova em 1340 e difundida em 1494 com a obra de Luca Pacioli.

O patrimônio científico, estreitamente associado ao anterior, explica a superioridade tecnológica e econômica que o mundo ocidental ostenta crescentemente desde o século XII. Na base, está a visão racionalista do universo, produto da concepção cristã de Deus. Aceitando a existência de uma Unidade cosmológica, o homem medieval via todas as coisas ligadas entre si. Essa conexão, que era percebida por meio de símbolos por todos os indivíduos, independentemente de nível cultural, passou desde o século XIII a ser estabelecida intelectualmente, ao menos nos restritos círculos cultos. Nestes, procurava-se harmonizar fontes à primeira vista antagônicas. Foi o que ocorreu na literatura, por exemplo, com a cristianização de temas folclóricos como o do Graal. Ou no Direito Canônico*, com a importante compilação de Graciano, de meados do século XII, como transparece no próprio nome da obra: *Concordantia Discordantium Canonum*. Ou na filosofia e teologia escolásticas, em especial com Tomás de Aquino (1228-1274).

Mais precisamente, a visão racional de mundo vinha desde a Antigüidade, com as tentativas de harmonização entre a filosofia grega e o cristianismo. A religião cristã, ao dessacralizar a natureza, não mais vista como um conjunto de divindades, traz em si certa atitude racionalista. A regularidade dos fenômenos naturais (estações, cheias/vazantes, dia/noite, ciclos de gestação etc.) faz deles janelas de acesso ao divino. O homem, feito à imagem e semelhança de Deus, identifica-se com a natureza, também ela imagem do Criador. Daí porque São Francisco dizia ser irmão dos animais, das plantas, dos astros. O texto bíblico, ao falar que a realidade invisível de

Deus “tornou-se inteligível, desde a criação do mundo, através das criaturas” (*Romanos* 1,20), permite o exercício da razão filosófica como uma revelação natural da Divindade. Divindade essa que é participante, criadora, ao contrário do Demiurgo de Platão, que apenas modela o mundo com a matéria preexistente, e ao contrário do Princípio Primeiro de Aristóteles, transcendente mas também imanente ao universo, que é eterno. Assim, o Deus cristão é racional e cognoscível.

Entende-se, dessa forma, por que o mundo muçulmano medieval, apesar de ter conhecido profundamente a filosofia e a ciência gregas, não desenvolveu uma postura racionalista e cientificista como o Ocidente cristão. Francis Oakley chamou a atenção, com razão, para o fato de que no islamismo há uma imensa carga religiosa, com o *Corão* comparativamente ocupando nele “quase o lugar que a figura de Cristo ocupa no cristianismo”. Daí o texto sagrado muçulmano não ser submetível a uma análise filosófica. Caso o Novo Testamento tivesse para a sociedade cristã o mesmo significado que o *Corão* para a sociedade islâmica, é pouco provável, por exemplo, que o Direito Romano viesse a ter no mundo ocidental o papel que teve. Mais ainda, é pouco provável que tivesse podido “se produzir o encontro decisivo entre o pensamento filosófico grego e o ensinamento bíblico, que tanto contribuiu para dar forma à tradição do Ocidente” (76: 182-183).

Foi graças a esse encontro que Tomás de Aquino pôde aceitar em Deus a primazia da razão sobre a vontade, vendo na Criação não apenas uma manifestação da liberdade e da onipotência divinas, mas sobretudo um ato racional. Por isso, todas as coisas criadas participam da ordem inteligível do universo. Por isso, o homem tem livre-arbítrio, capacidade para forjar seu destino de acordo com o valor possuído, o esforço despendido e o respeito dedicado às leis universais. Enquanto as civilizações asiáticas, tão desenvolvidas em vários aspectos, concebem Deus como um ser arbitrário e irracional, de cuja conduta não se podem extrair princípios gerais, o Ocidente aceita a possibilidade de encontrar Deus através da sua Criação. Observar e questionar a natureza é um exercício religioso e intelectual, gerador de um racionalismo medieval

anterior mesmo à redescoberta de Aristóteles no século XII.



Fig. 19. O *Criador geômetra* (iluminura da chamada *Bíblia de São Luís*, atualmente na catedral de Toledo). É muito significativo que no século XIII tenham surgido representações da Criação nas quais Deus trabalha cientificamente, com um compasso nas mãos, demonstrando que Nele prevalece a Razão sobre a Vontade ou o Poder. Por este motivo a natureza é mãe da geometria, fabricante de círculos, esferas, hexágonos, espirais perfeitos em astros, flores, colméias. Por isso a natureza, diríamos hoje, segue as leis da busca pela máxima eficiência, isto é, busca os melhores resultados com o menor dispêndio possível de energia.

Em razão disso, a partir da Idade Média Central não se praticou um racionalismo apenas teórico como também se começou a perceber a necessidade da experimentação. Em fins do século XIII o franciscano Roger Bacon, professor nas universidades de Paris e Oxford, criticava a excessiva subserviência de alguns contemporâneos seus a Aristóteles e propunha enriquecer o racionalismo com o empirismo: “Ah, se os homens procurassem estudar o mundo ao seu redor, em vez de mergulhar nos trabalhos da Antigüidade, a ciência ultrapassaria as maravilhas da arte mágica. Poderiam ser construídas máquinas por meio das quais os maiores navios, com um único homem a dirigi-los, vogariam mais rápido do que se estivessem cheios de remadores; poderiam ser construídos carros capazes de correr com incrível velocidade e sem auxílio de animais; máquinas voadoras poderiam ser fabricadas [...]; máquinas tornariam possível ir ao fundo dos rios e dos mares [...]”.

Em suma, a cientificidade (observação, matematização, experimentação, conceituação) resulta, segundo Alexandre Kojève, do único dogma cristão que é exclusivo dessa religião — a Encarnação. Especificidade reconhecida por Santo Agostinho, uma das maiores autoridades* medievais, ao ver na obra de Platão toda a doutrina cristã, menos a Encarnação. A riqueza científica dessa idéia está no fato de representar o ponto de encontro homem/Deus, particular/geral, empírico/abstrato, histórico/eterno. A essa constatação fundamental de Kojève, poder-se-ia acrescentar que a modalidade ocidental de cristianismo deve ser levada em conta: os cristãos bizantinos, mais inclinados ao misticismo e à contemplação da Encarnação do que à observação objetiva dela, não tiraram desse conceito todas as suas implicações científicas.

O patrimônio psicológico ocidental também deve muito à Idade

Média. E do século V, com Santo Agostinho, o conceito de um tempo pessoal, íntimo, de ritmo variável conforme as emoções sentidas pelo indivíduo em determinadas circunstâncias da vida. E do século VI o conceito de tempo irreversível, contabilizado pelo número de anos que se seguem ao nascimento de Cristo. É do século XII o conceito de amor enquanto relação igualitária, física e espiritual, entre duas pessoas. É do século XIII — com a confissão individual e renovável, corolário de uma longa formação anterior — o estabelecimento da prática cotidiana da interiorização, da auto-análise, verdadeira pré-história da psicanálise. Não há contradição no fato de esta técnica ter sido formulada por um judeu, Sigmund Freud (1856-1939), pois se tratava de um grande conhecedor da *Bíblia* (inclusive do Novo Testamento) e, enquanto cientista do mundo ocidental, de alguém inconscientemente embebido naquele comportamento introspectivo vindo da Idade Média.

O patrimônio imaginário também é tributário da Idade Média, com a memória coletiva adaptando os dados medievais aos momentos de sua manifestação. No século XIII, as cores do esquema trifuncional dos indo-europeus (branco, preto, vermelho) foram substituídas na preferência ocidental pelo azul, a mais usada até hoje e a cor oficial da União Européia. Em diversas manifestações culturais encontramos elementos medievais tão incorporados à nossa cultura atual que nem sequer lembramos que são de inspiração medieval. No entanto, em certos momentos e certas obras essa influência é fácil de ser percebida.

Tal é o caso na literatura de *Argila e cinzas* (Oldenbourg, 1946), *O senhor dos anéis* (Tolkien, 1954-1956), *Os reis malditos* (Druon, 1955-1957), *A obra em negro* (Yourcenar, 1968), *A pedra do reino* (Suassuna, 1971), *O quarto das senhoras* (Bourin, 1979), *O nome da rosa* (Eco, 1980), *As brumas de Avalon* (Bradley, 1982). Tal é o caso no cinema de *O sétimo selo* (Bergman, 1956), *Vikings, os conquistadores* (Cardiff, 1958), *Camelot* (Logan, 1967), *Perceval, o galês* (Rohmer, 1978), *Excalibur* (Boorman, 1981), *O incrível exército de Brancaleone* (Monicelli, 1985), *Feitiço de Aquila* (Donner, 1985), *Em nome de Deus* (Donner, 1988), *Rob Roy, a saga de uma paixão* (Caton, 1994), *Coração valente* (Gibson, 1995). Tal é o caso nas histórias em

quadrinhos de *Hagar, o horrível* (Browne, 1973 ss).

Outras vezes, a influência medieval é menos evidente mas não menos verdadeira. E o que vemos na escultura de Auguste Rodin (1840-1917), na pintura impressionista de Paul Cézanne (1839-1906) e Paul Gauguin (1848-1903), na expressionista de Max Beckmann (1884-1950) e James Ensor (1860-1949). Na literatura, é o que mostra *O Golem* (Meyrink, 1915), *Viagem a São Saruê* (Santos, 1947), *Crônicas marcianas* (Bradbury, 1951), *Grande sertão: veredas* (Guimarães Rosa, 1956). No cinema, *A ameaça veio do espaço* (Arnold, 1953), *A noite do lobisomem* (Fisher, 1961), *2001, uma odisséia no espaço* (Kubrick, 1968), *O fantasma do Paraíso* (DePalma, 1974), *Guerra nas estrelas* (Lucas, 1977), *Os caçadores da arca perdida* (Spielberg, 1981), *O padre* (Bird, 1994), *Highlander3. O feiticeiro* (Morahan, 1994).

O patrimônio mítico-utópico do Ocidente está igualmente ancorado na Idade Média. Ontem e hoje, sonhamos e lutamos pelas mesmas coisas, apesar de elas terem assumido formas historicamente diferentes. A abundância está presente nas quimeras das Cruzadas, do Graal, do colonialismo medieval e moderno, do dirigismo estatal, do mercado livre. A justiça social legitima as esperanças depositadas no Milênio, no Império de Preste João, na democracia, no socialismo, no anarquismo, em chefes messiânicos de “direita” (Frederico II ou Hitler) ou de “esquerda” (Tanchelm de Antuérpia ou Lênin). A liberdade gera uma forte tradição revolucionária, presente na revolta dos servos de Orly em 1250-1251, na Jacquerie de 1358, na rebelião dos camponeses ingleses de 1381, na Revolução Francesa, na Revolução Bolchevista, no movimento estudantil de maio de 1968. A juventude é sempre tão desejada que se imagina encontrá-la em fontes sagradas, em ritos mágicos, em elixires alquímicos, em pomadas e pílulas milagrosas, em cirurgias plásticas. A ociosidade é procurada nos saques, no trabalho compulsório dos outros, na mecanização, no descanso remunerado, na redução da jornada de trabalho. Sob roupagens cristãs ou agnósticas, o Paraíso continua a grande matriz utópica ocidental (54: 113-139).

A herança medieval no Brasil

Mesmo no Brasil, que vivia na Pré-História enquanto a Europa estava na chamada Idade Média, muitos elementos medievais continuam presentes. A colonização portuguesa introduziu práticas que, apesar de já então superadas na metrópole, foram aqui aplicadas com vigor, inaugurando o clima de arcaísmo que marca muitos séculos e muitos aspectos da história brasileira. Luís Weckmann detectou com pertinência a existência de uma herança medieval no Brasil, porém limitou sua presença apenas até o século XVII. E, na realidade, ela continua viva ainda hoje nos nossos traços essenciais.

Os dois elementos culturais que enquadram a consciência de nacionalidade são de origem medieval. O nome de nosso país vem da “ilha afortunada” *O’Brasil*, identificada nos séculos XIV-XV com as Canárias, antes de sê-lo com a América. A tradicional associação da terra descoberta por Cabral com a madeira tintorial aí encontrada (o pau-brasil) desconsidera que a própria madeira tirara seu nome da mítica ilha medieval. O idioma, obviamente, é aquele introduzido e imposto pelos colonizadores, idioma que, como todos os do mundo ocidental, nascera na Idade Média.

Na vida política, a duplicidade de um poder central teoricamente forte e a realidade dos poderes locais atuantes permanece. O ponto de partida, que deixou fundas raízes, foi o sistema de capitanias. Isto é, o sistema usado pelas comunas* italianas medievais nas suas colônias do Oriente Médio e das ilhas mediterrâneas, mais especificamente por Gênova, que nos séculos XIV-XV mantinha estreitas relações com Portugal. As primeiras capitanias portuguesas, nas Ilhas Canárias, foram entregues em 1370 a um “capitão” genovês. O funcionamento do sistema foi o mesmo na Idade Média e nos séculos XVI-XVII: cada donatário tinha o usufruto das terras e nelas poderes regalianos como arrecadar impostos, aplicar justiça, convocar milícias. Intermediária privilegiada entre o poder monárquico e os colonos, a figura do donatário gerou no Brasil o personalismo típico das relações medievais, responsável pela fraqueza das instituições políticas brasileiras dos séculos seguintes.

Na vida social, por muito tempo, e ainda hoje em certas regiões, prevaleceu a família patriarcal, que dificulta a transformação do indivíduo em cidadão, dos interesses particulares em interesses gerais e, por conseqüência, a consolidação do Estado. O patriarca — termo correspondente lingüística e funcionalmente ao *senior* (“o mais velho”) feudal — constituía em suas amplas terras uma espécie de micro-Estado que produzia quase todo o necessário para a vida de sua população. O patriarca detinha ali poder de vida e morte sobre seus familiares. Dependentes das riquezas e da proteção fornecidas pelo patriarca, os demais habitantes daquela terra também estavam submetidos ao seu poder. Essa organização colonial e imperial transferiu-se para a República, por longo tempo dominada por aquelas aristocracias regionais. Mesmo a democratização recente do país não eliminou ainda o clientelismo e seu pressuposto, a prática do “dando é que se recebe”.

No plano jurídico, as normas formalmente derivadas do Direito Romano não escondem a força de um direito consuetudinário informal, paralelo, de um conjunto de ilegalidades socialmente aceitas. Estas quase sempre são praticadas em detrimento do Estado, cotidianamente assaltado nas suas prerrogativas, muitas vezes por dentro, por parte de altos funcionários e dos próprios governantes. Como na época feudal, o Estado brasileiro não é uma “coisa pública” (*res publica*), é propriedade dos mais fortes e espertos. Ao longo de nossa história pouco se distinguiram as noções de público e privado, da mesma forma que ocorria na sociedade feudal, na qual tudo é privado e ao mesmo tempo tudo se torna público (45: 19-25).

No plano econômico, a situação brasileira, fundamentalmente agrária até meados do século XX, denuncia o passado medieval transplantado pelos portugueses e prolongado pelo sistema colonial mercantilista e pelo neocolonialismo industrial. Da mesma forma que o sistema de valores medieval exaltava a aventura do cavaleiro andante, o destemor religioso do cruzado, o espírito de risco do mercador que partia para locais distantes, por muito se desprezou no Brasil o trabalho cotidiano e rotineiro. A ocupação do solo e a exploração das riquezas naturais deram-

se, no Brasil “moderno”c “contemporâneo”, de forma predatória semelhante à praticada na Europa “medieval”. Associada ao caráter agrário da sociedade, a urbanização européia fora fraca até o século XI, a brasileira até fins do século XIX.

No plano cultural, apesar da globalização neste início de milênio, alguns elementos medievais ainda são visíveis. Artur e Carlos Magno estão presentes com frequência na literatura nordestina de cordel, cujo espírito, temática, transmissão e recepção essencialmente orais prolongam a poesia européia da Idade Média no Brasil do século XX. Mesmo certas criações eruditas do Nordeste, como os textos de Ariano Suassuna e as músicas de Elomar, bebem fundamentalmente de fontes medievais. O calendário brasileiro atual tem 14 feriados oficiais, dos quais 11 são de origem medieval. Festas como o Carnaval, no Rio de Janeiro e no Nordeste, o Bumba-meu-boi, em São Luís do Maranhão, a Procissão do Círio, em Belém do Pará, têm inegáveis raízes medievais.

A religiosidade nacional, sincrética, exacerbada, informal, traz em si diversos traços medievais: as irmandades, o culto a santos não canonizados (caso de Padinho, o padre Cícero), a visão mágica de sacramentos (roubar hóstias consagradas para fazer amuletos foi comum na Europa medieval e no Brasil colonial), o sentimento messiânico-milenarista (como mostram o sebastianismo, Canudos, certos eventos políticos recentes), várias superstições (espelho quebrado, saliva cura e mata, pé direito etc). O processo de formação do catolicismo brasileiro também lembra o fenômeno na Idade Média. Nesta ocorreu uma cristianização do paganismo e uma paganização do cristianismo, no Brasil uma cristianização do culto africano e uma africanização do cristianismo. A sensibilidade coletiva brasileira é de forte instabilidade emocional, oscilando do pessimismo mais negro ao otimismo mais eufórico, semelhante ao constatado por Marc Bloch na Europa feudal (30: 94-97).

Bibliografia básica: 36, 40, 54, 59, 64, 65, 70, 74, 89, 97. Bibliografia complementar: M. -D. CHENU, *Lèveil de la conscience dans la civilisation médiévale*, Montreal-Paris, Institut d'études médiévales - Vrin, 1969; C. G.